

nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

## Notícias Federais

<b>Assuntos Econômicos.....</b>	<b>4</b>
<i>Comissão da Câmara discute desindustrialização .....</i>	<i>4</i>
<i>Frente entrega a Pimentel propostas para estimular indústria têxtil.....</i>	<i>5</i>
<i>Comissão aprova regras para recall de veículos.....</i>	<i>6</i>
<i>Senado aprova venda de remédios em supermercados .....</i>	<i>7</i>
<i>Comissão aprova acordo que pode fortalecer o mercado madeireiro .....</i>	<i>7</i>
<i>Comissão rejeita restrição a lançamento de novos modelos de carro .....</i>	<i>8</i>
<i>MP cria estímulos para a indústria brasileira e incentivos à exportação .....</i>	<i>9</i>
<b>Meio Ambiente.....</b>	<b>10</b>
<i>Plenário da Câmara aprova parecer do relator do Código Florestal .....</i>	<i>10</i>
<i>Comissão aprova substituição de pilhas comuns por recarregáveis em 5 anos.....</i>	<i>12</i>
<b>Tributos.....</b>	<b>13</b>
<i>Plenário do Senado aprova ICMS para produtos importados com alíquota unificada em 4% .....</i>	<i>13</i>
<i>Aprovada MP com isenção de impostos a produtos destinados a portadores de deficiência. ....</i>	<i>14</i>
<i>Relator apresenta nova proposta para o ICMS do comércio eletrônico .....</i>	<i>14</i>
<i>Caixa reduz juros para crédito imobiliário em até 21% .....</i>	<i>15</i>
<b>Política Social.....</b>	<b>16</b>
<i>Ministério do Trabalho e Emprego cria Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional ....</i>	<i>16</i>
<i>Proposta prevê distribuição gratuita de livros nas escolas técnicas.....</i>	<i>17</i>
<b>Relações de Trabalho.....</b>	<b>17</b>
<i>Seguridade aprova direito de trabalhador ser avisado quando puder se aposentar .....</i>	<i>17</i>

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

<i>CPI do Trabalho Escravo realiza Audiência Pública.....</i>	<b>18</b>
<i>Comissão do Trabalho da Câmara aprova uniformização dos prazos de validade das certidões negativas.....</i>	<b>18</b>
<i>Baixa remuneração do FGTS preocupa especialistas.....</i>	<b>19</b>
<i>SESI lança campanha para alertar sobre perigos no ambiente de trabalho .....</i>	<b>20</b>
<i>Comissão aprova contratação de 5% de mulheres em empresas florestais.....</i>	<b>21</b>
<i>Plenário aprova urgência para projeto que acaba com o fator previdenciário.....</i>	<b>22</b>
<i>Novos critérios para concessão de benefícios por doença ou acidente causam polêmica .....</i>	<b>22</b>
<i>Comissão de Assuntos Sociais debate Execução Trabalhista.....</i>	<b>24</b>

## **Notícias Estaduais**

<b>Assuntos Econômicos.....</b>	<b>25</b>
<i>Legislativo discute desburocratização para abertura de empresas em audiência pública .....</i>	<b>25</b>
<i>Paraná discute sistema de indicadores de ciência, tecnologia e inovação.....</i>	<b>27</b>
<i>Feira Eletromecânica e Construção Civil mostra inovação das empresas e Laboratórios do SENAI.....</i>	<b>28</b>
<b>Infraestrutura.....</b>	<b>29</b>
<i>Assembleia aprova projeto de Plauto que autoriza geradora hidrelétrica em Palmeira .....</i>	<b>29</b>
<b>Meio Ambiente.....</b>	<b>30</b>
<i>Richa sanciona leis que dão suporte ao programa Bioclima Paraná .....</i>	<b>30</b>
<i>Agricultura complementa industrialização na promoção do desenvolvimento, diz Richa .....</i>	<b>31</b>
<i>CCJ aprova emendas a projeto da ADAPAR.....</i>	<b>32</b>

nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

**Tributos..... 33**

*Sindicato das distribuidoras apoia o Paraná no combate à sonegação ..... 33*

*Movimento A Sombra do Imposto é apresentado a executivos de finanças ..... 34*

**Relações de Trabalho..... 34**

*Projeto do novo salário mínimo regional segue para sanção do governador Beto Richa..... 34*

*Mega Feirão de Empregos leva 14 mil pessoas à sede da Fiep no Jardim Botânico ..... 36*

## **Notícias Federais**

### **Assuntos Econômicos**

#### **Política Industrial**

##### ***Comissão da Câmara discute desindustrialização***

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) discutiu o processo de desindustrialização, pelo qual vem passando o Brasil. Estiveram presentes à audiência pública Carlos Eduardo Fernandes Silveira, diretor do IPEA, Flavio Castelo Branco, representante da CNI e Tadeu Moraes, que representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

O foco dos debates teve como tema o retrocesso do crescimento industrial e o fato de a indústria brasileira não ter acompanhado o crescimento de outros setores, em especial os setores ligados à prestação de serviços intensivos em mão de obra.

Carlos Eduardo Fernandes, diretor do IPEA, um dos fatores que impulsionam a desindustrialização nacional é o crescimento do consumo, principalmente de serviços em grande quantidade. Destacou que “serviços são menos produtivos, porém geram mais empregos. Há um limite de produtos industrializados consumidos e, a partir daí, com um aumento da renda há um aumento crescente expressivo na utilização de serviços.

Outro argumento usado pelo representante do IPEA está ligado ao volume de bens importados em relação ao que é consumido pela indústria local. Carlos Eduardo salientou que um quarto do consumo interno é preenchido por importados e que a importação, principalmente da China, aumenta cerca de dez por cento ao ano.

Em nome do sistema produtivo falou Flávio Castelo Branco, gerente-executivo da Unidade de Políticas Econômicas da CNI. Para Flávio Castelo o PIB da indústria de transformação vem perdendo espaço na economia e um fator que contribui para o agravamento desse cenário é a concorrência dos importados.

Salientou que as exportações que vinham em crescimento contínuo sofreram uma inversão a partir da década passada. Isso desestimula o crescimento da produção. Ou seja, a indústria contribui menos para o crescimento quando ela exporta menos do que importa.

O representante da CNI resumiu o panorama desenhado pelo processo de desindustrialização em quatro pontos de destaque: a) a participação da indústria de transformação é alta, mas a produção per capita é reduzida; b) a participação da indústria no PIB brasileiro é semelhante aos países já industrializados, não aos emergentes; c) houve perda da importância do setor produtivo de uma forma precoce; e d) mais incentivos votados para a competitividade e para aceleração do crescimento industrial devem ser concedidos.

Por fim, Tadeu Moraes, representante da Confederação dos Metalúrgicos afirmou que desindustrialização gera desemprego. Lembrou que a CNI já vinha há muito tempo na luta

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

contra a guerra dos portos. Mas, até então, não havia uma discussão sobre a política adotada pelos estados.

Ao final frisou que um dos melhores empregos é na indústria de transformação.

O Ministério da Fazenda e o Ministério da Indústria planejam realizar seminário, a ocorrer dia 22 de maio, para continuar as explicações sobre o tema.

Fonte: CNI

### ***Frente entrega a Pimentel propostas para estimular indústria têxtil***

Deputados integrantes da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil se reuniram com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, para avaliar medidas de estímulo a esse setor – que vive uma crise decorrente da concorrência dos produtos importados da Ásia.

Uma das medidas favoráveis, que já está em vigor, é a mudança na contribuição previdenciária, que saiu da folha de pagamento e foi para o faturamento. O valor, que antes era de 1,5% por intransigência da Receita Federal, caiu para 1%. "Com a mobilização das entidades do setor, dos deputados e do próprio ministério, agora temos esse novo valor muito mais adequado para a indústria", afirmou o deputado Guilherme Campos (PSD-SP), integrante da frente.

Os parlamentares também discutiram com o ministro salvaguardas para proteger o setor. Acordos da Organização Mundial do Comércio possibilitam a aplicação de salvaguardas para a defesa temporária ao setor da indústria nacional que esteja sofrendo prejuízos graves por conta de surto de importações. "O ramo das confecções é o principal exemplo, é a ponta final da produção, tem valor agregado e sofre concorrência desleal dos fabricantes asiáticos", disse o deputado.

Por fim, a margem de preferência foi outro assunto da pauta. A margem é um valor a mais que o governo se dispõe a pagar para a produção nacional, reconhecendo a não equivalência competitiva de alguns itens produzidos no Brasil em relação ao que é produzido fora.

**Sugestões:** Durante a reunião, Guilherme Campos acrescentou mais três medidas que poderiam ser adotadas para estimular a economia nacional, principalmente o setor têxtil.

A primeira seria a elaboração do Simples Trabalhista, que envolve uma série de medidas para estimular a contratação formal por todas as empresas.

A segunda se trata da criação de uma aduana independente da Receita, ou seja, responsável pela fiscalização nas importações e exportações de mercadorias e entrada e saída de pessoas no Brasil, como acontece nos países mais dinâmicos do mundo.

Já a terceira seria a adoção de uma nova política tributária entre a União e os estados, para se aproveitar a janela de oportunidades que está se abrindo com a discussão de temas como o pré-sal, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o novo marco regulatório da mineração

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

e, principalmente, com as possíveis mudanças em discussão nos critérios de cálculo da dívida pública dos estados com a União em curso no Congresso Nacional.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **Comissão aprova regras para recall de veículos**

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou proposta que regulamenta os procedimentos de recall de veículos. O texto aprovado é o substitutivo do deputado Ricardo Izar (PSD-SP) ao Projeto de Lei 64/11, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ).

Segundo o texto de Izar, o fabricante de veículos submetidos a recall deverá informar a realização do procedimento aos órgãos oficiais de registro, como os Detrans. O fabricante também terá que encaminhar ao Detran uma lista com os números dos chassis, marca e modelo da série, quando houver anúncio público da convocação.

O fabricante terá que enviar uma lista bimestral ao Detran com os números dos chassis dos veículos cujos donos atenderam ao chamado e que tiveram concluída a troca ou conserto da peça defeituosa.

O procedimento será repetido até a localização e correção dos defeitos do último veículo da série convocada. Esse procedimento poderá ser feito pela internet, em sistema próprio, aceito pelos órgãos oficiais de registro.

O texto aprovado inclui a obrigação de os Detrans manterem, em seu sistema de consulta de dados pela internet, a informação sobre o cumprimento ou não do recall.

Izar aproveitou, em sua maioria, o texto do substitutivo aprovado anteriormente pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que também analisou a matéria.

**Comprovação:** Foi retirado do projeto original o dispositivo que estabelecia a comprovação do recall como uma das exigências para a vistoria anual do veículo. Pelo novo texto, apenas quando houver transferência da propriedade do veículo é que o órgão responsável pela vistoria exigirá a comprovação de realização do recall.

O substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico também retirou do texto original a obrigação de o consumidor guardar o comprovante do conserto ou da troca de peças. Em seu relatório, Izar estendeu essa desobrigação para os fabricantes.

“Após o veículo ser recolhido para o recall, o sistema eletrônico do Denatran retira de seu arquivo aqueles que não estiverem mais pendentes do reparo. Isso torna desnecessária e meramente burocrática a manutenção dos documentos comprobatórios”, explicou Izar.

Segundo o texto aprovado, o descumprimento das regras previstas sujeita o infrator às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), como multa e cassação de licença do estabelecimento ou de atividade.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

**Custos:** A proposta responsabiliza o fornecedor dos veículos por sua pronta reparação, sem qualquer ônus para os consumidores, enquanto houver no mercado produtos que apresentem os problemas que levaram ao recall. Tal condição será válida mesmo que a campanha do fabricante estipule um prazo para seu encerramento.

Segundo a proposta, o proprietário do carro, ainda que não tenha sido o primeiro dono, mantém o direito ao recall anunciado.

**Tramitação:** O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***Senado aprova venda de remédios em supermercados***

O Senado aprovou uma medida provisória que autoriza a venda de produtos de saúde que dispensam prescrição médica, entre aparelhos, acessórios e medicamentos, em supermercados. A decisão foi criticada por parlamentares da área da saúde, que acreditam que a presidente Dilma Rousseff vetará a medida.

A MP 549/11, editada em novembro de 2011, tem como objetivo principal a isenção de impostos cobrados sobre produtos destinados a facilitar o dia-a-dia de pessoas com deficiências, como cadeiras de rodas. Outros pontos, porém, foram incluídos no projeto de lei durante a tramitação entre as casas do Legislativo.

O Artigo 8º prevê a permissão a supermercados, armazéns, empórios e lojas de conveniência para vender medicamentos isentos de prescrição médica, como analgésicos e antigripais. Também estão na lista aparelhos e acessórios, produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos, odontológicos, veterinários, de higiene pessoal ou de ambiente, cosméticos e perfumes.

Oriundos da área da saúde, os senadores Humberto Costa (PT-PE), Paulo Davim (PV-RN) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticaram duramente a decisão. Diante dos comentários, o relator da proposta, Romero Jucá, assegurou que a presidente vetará a medida.

Fonte: Gazeta do Povo

### ***Comissão aprova acordo que pode fortalecer o mercado madeireiro***

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006. O texto é o novo instrumento jurídico que delimitará a atuação da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), em substituição ao antigo acordo a que o Brasil aderiu em 1997.

O acordo está previsto na Mensagem 496/11, do Poder Executivo, que passará a tramitar como o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 560/12.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

O relator do texto, deputado Francisco Praciano (PT-AM), explica que o texto tem o objetivo central de promover o manejo sustentável das florestas tropicais e a expansão e diversificação do comércio internacional de madeiras tropicais. “Essas metas são de grande importância para o Brasil e estão em direta consonância com as políticas desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente”, disse.

“Espera-se que a OIMT passe a atuar mais fortemente na promoção do comércio de madeiras tropicais e da economia florestal, incentivando práticas de manejo florestal sustentável, combatendo barreiras comerciais e promovendo meios de melhorar o acesso a mercados. Espera-se ainda que a OIMT avance na prestação de assistência técnica com vistas à adoção de práticas de manejo florestal sustentável”, declarou Praciano.

**Tramitação:** A proposta tramita em regime de prioridade e ainda será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, será votada em Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### **Comissão rejeita restrição a lançamento de novos modelos de carro**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio rejeitou o Projeto de Lei 1512/11, da ex-deputada Eliane Rolim (RJ), que proíbe as montadoras e os fabricantes de lançar novos modelos de veículos motores em período inferiores a um ano.

O relator, deputado João Maia (PR-RN), recomendou a rejeição. Segundo ele, a medida traria prejuízos ao setor automobilístico e teria impactos sobre a oferta de emprego e a situação fiscal do País. “O setor é grande contribuinte, embora a quantidade de empregos gerados já não seja tão substancial, principalmente quando analisada em termos de quantidade de vagas abertas por real investido”, disse.

Maia afirmou ainda que o projeto teria, possivelmente, impactos negativos sobre a balança comercial, pois as restrições não se aplicariam às importações. Em seu entendimento, não seria prudente aplicar a regra apenas à produção interna.

**Tramitação:** O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

## Comércio Exterior

### *MP cria estímulos para a indústria brasileira e incentivos à exportação*

Está em análise na Câmara a Medida Provisória (MP) 564/12, que prevê uma série de ações para estimular a indústria no País, incluídas no Plano Brasil Maior. Entre outros pontos, a MP inclui novos setores no Programa Revitaliza do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - voltado para empresas que atuam em setores afetados negativamente pela conjuntura econômica internacional - e dispõe sobre financiamento às exportações indiretas.

A proposta do Executivo cria ainda a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A (ABGF) e autoriza a União a participar de fundos dedicados a operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto. Também há medidas relacionadas aos Fundos de Desenvolvimento Regional e de Financiamento Estudantil (Fies).

**Investimento e exportação:** A MP injeta R\$ 45 bilhões da União no BNDES para ampliar sua capacidade de fornecer crédito de longo prazo. Também eleva o limite de financiamentos do BNDES com subvenção da União, de R\$ 209 bilhões para R\$ 227 bilhões, desde que se destinem à modernização do parque industrial, envolvam inovação tecnológica e agreguem valor às cadeias produtivas.

A medida promove uma redução do custo de financiamentos para máquinas e equipamentos, ampliando prazos e aumentando seus níveis máximos de participação.

Para enfrentar os efeitos da crise internacional sobre as exportações brasileiras, essa MP também estabelece incentivos para ampliar a participação de empresas de micro, pequeno e médio portes no comércio externo, que geralmente fazem exportação indireta (intermediadas por empresas comerciais exportadoras). O texto define que será possível ao exportador indireto financiar sua produção exportável com taxas de juros internacionais.

A medida também inclui mais setores no programa do BNDES voltado para o financiamento às exportações indiretas, como o calçadista, o de equipamentos de informática e periféricos, e o de material eletrônico e de comunicações.

**ABGF:** A Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias (ABGF), criada pela MP, será uma empresa pública que terá o objetivo de administrar os fundos garantidores já existentes e prestar garantias às operações diluídas em áreas de grande interesse econômico ou social. A medida propõe ainda a criação de fundos garantidores para operações de comércio exterior e do Fundo Garantidor de Projetos de Infraestrutura de Grande Vulto (FGIE), sob a tutela da ABGF.

A ABGF atuará nas áreas de crédito habitacional, crédito educativo, crédito para micro, pequenas e médias empresas, para microempreendedores individuais e autônomos, comércio exterior e crédito para aquisição de máquinas agrícolas. O FGIE deverá atuar de

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

forma complementar ou suplementar ao mercado segurador e ressegurados, absorvendo os não abrangidos pelo mercado de seguros.

**Fundos de desenvolvimento:** A MP também retira a exclusividade do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na operacionalização do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), e a exclusividade da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) na gestão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). O objetivo é tornar mais célere a aplicação dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional.

Com isso, abre a possibilidade de outros bancos públicos - o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal - realizarem operações com o dinheiro do fundo. A União concederá, no entanto, subvenção econômica sob a forma de equalização de taxa de juros nas operações de crédito para investimentos dos fundos.

**Fies:** A medida provisória também prorroga até junho de 2013 o prazo para que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) assuma a operação dos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) formalizados pela Caixa. Além disso, o governo passa a garantir até 90% do risco em operações em crédito educativo. A garantia foi ampliada (antes era de 80%) para tornar mais atrativa a adesão das instituições aos fundos garantidores e aumentar o acesso aos estudantes de menor renda.

**Tramitação:** A MP 564/12 passa a trancar a pauta da Casa - Câmara ou Senado - onde estiver tramitando a partir de 19 de maio.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Meio Ambiente**

### **Plenário da Câmara aprova parecer do relator do Código Florestal**

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do relator, deputado Paulo Piau (PMDB/MG), ao projeto do novo Código Florestal (PL 1876/199). O relator conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal com alterações supressivas em 21 dos seus dispositivos.

Dentre as alterações promovidas pelo relator que foram aprovadas, destacam-se as seguintes que eram defendidas pelo setor produtivo por darem maior segurança jurídica ao texto final:

- supressão das expressões "sem prejuízo dos limites estabelecidos pelo inciso I do caput deste artigo" e "sem prejuízo do disposto nos incisos do caput deste artigo" constantes, respectivamente, da parte final dos §§s 7º e 8º do art. 4º, retirando as restrições à autonomia constitucional do município para disciplinar limites e dimensões das áreas de preservação permanente (APP) em áreas urbanas por meio do seu Plano Diretor (PDOT);

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

- supressão do artigo 43, retirando a vinculação indevida de 30% dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, vinculação que conflitava com a autonomia legal dos Comitês de Bacia de decidir sobre a aplicação dos recursos arrecadados nas bacias hidrográficas estaduais, e também com a competência definida em lei dos Planos de Recursos Hídricos de estabelecer os projetos de melhoria da bacia hidrográfica para os quais serão destinados os recursos da cobrança pelo uso da água;
- supressão da definição dada ao crédito de carbono vegetal, que representava uma inclusão inadequada de um dispositivo afeto à regulamentação da Política Nacional de Mudança do Clima.

Algumas alterações implicaram no retorno à redação dada pelo texto aprovado pela Câmara dos Deputados a saber: (i) artigo 1º (escopo e objetivos do projeto); (ii) definição de pouso; (iii) que o poder executivo poderá definir como de proteção permanente áreas de vegetação nas restingas, veredas e várzeas e não nas áreas úmidas em geral; (iv) cômputo das APPs no percentual da Reserva Legal (RL) para todas as modalidades de cumprimento da RL; (v) o pastoreio extensivo poderá ocorrer nas APPs já convertidas para vegetação campestre, admitindo-se consórcio com vegetação lenhosa perene ou de ciclo longo, além das de vegetação campestre natural.

Outras alterações promoveram a retirada de dispositivos relacionados (i) à utilização de apicuns, salgados e manguezais em atividades produtivas de carcinicultura e salinas; e (ii) à exigência de no mínimo de 20 m<sup>2</sup> de áreas verdes por habitante manutenção nas expansões urbanas.

No processo de votação, encaminhou-se primeiro a votação dos artigos que o relator acolheu sem sugerir alterações. Esses dispositivos inalterados do texto do Substitutivo do Senado foram aprovados, ressalvados os destaques, com os votos de bancada dos seguintes partidos: PT, PMDB, PSDB, PSD, PR, PSB, PP, DEM, PTB, PPS, PSC, PRB. Os partidos PSOL e o PV se manifestaram pela obstrução desta votação por não serem favoráveis ao texto do Senado, nem aos demais propostos, defendendo a manutenção do texto do Código Florestal em vigor.

Em seguida, houve a votação dos 21 dispositivos do texto do Senado alterados pelo relator, para os quais ele deu parecer pela rejeição, parcial ou total. O PT encaminhou de forma distinta ao posicionamento na primeira votação, enquanto o PSB e o PP liberaram suas bancadas, mas com os votos contrários das lideranças. Os demais partidos mantiveram a orientação inicial com relação ao parecer do relator. Esse cenário requereu a votação nominal desses dispositivos do parecer, ressalvados os destaques. Participaram da votação 460 deputados, sendo aprovado o parecer do relator em Plenário por 274 votos favoráveis, 184 votos contrários e 02 abstenções.

Foram então apreciados os 21 destaques de votação em separado. A grande maioria deles foi rejeitada, merecendo referência os detalhados a seguir.

Os DVS aprovados em plenário foram:

- pela exclusão do dispositivo que obrigava que os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) fossem disponibilizados para acesso público por meio da rede mundial de computadores;

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

- pela exclusão do dispositivo que determinava que o órgão federal coordenador do sistema nacional de controle da origem dos produtos florestais bloqueasse a emissão de Documento de Origem Florestal (DOF) de que não cumprissem o prazo para integração dos dados e as informações que deverão ser aportadas ao sistema nacional.

Em votação nominal, com 228 de 415 votos, o plenário rejeitou os destaques contra a supressão pelo relator dos parágrafos 5º e 7º do artigo 62 (continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008). Assim, foram retirados do texto do Substitutivo do Senado Federal as seguintes exigências:

- que nos imóveis rurais com áreas consolidadas em APPs ao longo de cursos d'água com largura superior a 10 m fosse obrigatória a recomposição da faixa marginal correspondente à metade da largura, observado o mínimo de 30 e máximo de 100 metros;
- que nas propriedades rurais superiores a 4 módulos fiscais e com atividades consolidadas em APPs nas margens de rios com largura superior a 10 m os conselhos estaduais de meio ambiente fixariam as dimensões mínimas obrigatórias de recomposição da faixa marginal, respeitada a metade da largura e observado o mínimo de 30 e máximo de 100 metros;
- que proibia regularização de atividades consolidadas em áreas de preservação permanente (APP) localizadas em imóveis inseridos nos limites de unidades de conservação de proteção integral criadas até a data de promulgação do novo Código Florestal, e determinação de que o respectivo proprietário, possuidor ou ocupante recupere a área.

O projeto de lei segue agora para a sanção da Presidência da República.

Fonte: CNI

### Gestão de Resíduos Sólidos

#### **Comissão aprova substituição de pilhas comuns por recarregáveis em 5 anos**

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou o Projeto de Lei 1400/11, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que obriga fabricantes de pilhas e baterias comuns a substituir toda a produção por similares recarregáveis dentro do prazo de cinco anos. Pelo texto, a substituição será feita gradativamente – 20% a cada ano.

A comissão acolheu parecer do relator, deputado Penna (PV-SP), pela aprovação. Ele discorda dos argumentos que levaram à rejeição da proposta na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Segundo os argumentos, as pilhas recarregáveis, apesar de contribuírem para a redução do volume de pilhas descartadas, provocariam um impacto ambiental maior em razão das substâncias químicas que as compõem, além de aumentarem os custos de produção para fabricantes tanto das próprias pilhas como de equipamentos eletrônicos.

Para Penna, o argumento de que essa substituição não teria vantagem ambiental comprovada não se sustenta. “A melhor forma de combater o problema é, inegavelmente,

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

reduzindo o consumo, mediante a substituição das pilhas não recarregáveis por recarregáveis”, afirmou.

“Uma pilha recarregável pode durar cerca de duas a quatro vezes a mais que uma pilha alcalina.”, argumentou, ao sustentar que a possibilidade de mil recargas torna evidente que a substituição das pilhas comuns e alcalinas por pilhas recarregáveis proporcionará ganho econômico para o consumidor.

**Tramitação:** O projeto, que perdeu o caráter conclusivo por ter recebido pareceres divergentes (aprovação e rejeição), ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em seguida, seguirá para o Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## **Tributos**

### Impostos

#### ***Plenário do Senado aprova ICMS para produtos importados com alíquota unificada em 4%***

Foi aprovado no Senado Federal, o substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que propõe a fixação da alíquota do ICMS Interestadual em 4% incidente sobre bens e mercadorias importadas do exterior que, após o desembaraço aduaneiro, mesmo submetidos a processo de industrialização, resultem em bens ou mercadorias com conteúdo de importação superior a 40%.

O conteúdo de importação, a que se refere o substitutivo, é definido como o percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual de mercadoria ou bem. A proposta de substitutivo possibilita ainda que o CONFAZ baixe normas de regulamentação da Certificação de Conteúdo de Importação – CCI.

Em 1º turno o substitutivo aprovado na CAE e apresentado pelo senador Eduardo Braga (PMDB/AM) foi aprovado por 58 votos “sim” e 10 votos “não”. Em turno suplementar, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) apresentou emenda aditiva de Plenário para determinar que a alíquota de 4% de ICMS Interestadual não se aplica: (i) aos bens e mercadorias importadas do exterior que não tenham similares nacionais, conforme definido pela CAMEX; e (ii) aos bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-lei 288/67 e as Leis 8248/91, 8387/91, 10176/01 e 11484/07.

Também em turno suplementar, o senador Eduardo Braga (PMDB/AM) propôs uma subemenda à emenda, que alterou o texto proposto pela senadora Vanessa Grazziotin para fazer constar que no caso dos bens e mercadorias importadas do exterior que não tenham

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

similares nacionais haverá uma lista a ser editada pelo conselho de ministros que compõem a CAMEX.

O texto vai à promulgação não sendo, portanto, objeto de análise da Câmara dos Deputados ou da Presidência da República e as novas regras entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

Fonte: CNI

### ***Aprovada MP com isenção de impostos a produtos destinados a portadores de deficiência***

O Plenário do Senado aprova o Projeto de Lei de Conversão 7/2012, decorrente da Medida Provisória 549/2011, que isenta do pagamento de PIS/Pasep e Cofins 22 produtos destinados a pessoas com deficiência. Entre os produtos estão impressoras em braile, teclados adaptados para deficientes, partes e acessórios para cadeiras de roda, próteses, aparelhos de audição e neuro-estimuladores para combate ao Mal de Parkinson.

O projeto aprovado pelos senadores contém ainda dez outros assuntos, incluídos na matéria por emendas aprovadas na Câmara dos Deputados, entre os quais a prorrogação até 2016 da isenção dos tributos na importação e na venda do papel destinado à impressão de jornais e periódicos. O texto também desonerou de PIS/Pasep e Cofins os bens de capital importados necessários à fabricação da placa de circuito impresso. A proposta segue agora para sanção presidencial.

Fonte: Agência Senado

### ***Relator apresenta nova proposta para o ICMS do comércio eletrônico***

Relator de três propostas de emendas à Constituição relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do comércio eletrônico, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou substitutivo da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A votação está marcada para a próxima quarta-feira (2) e, se a matéria for aprovada, segue para votação em dois turnos no Plenário do Senado.

Hoje, o consumidor de um estado que adquirir produto pela internet em outro estado paga o ICMS na origem da mercadoria. A proposta do relator é sujeitar essas operações, em que o cliente não é inscrito no ICMS, ao mesmo tratamento dado às vendas que se realizam entre empresas de estados diferentes.

Quando a operação ocorre entre pessoas jurídicas com inscrição no ICMS, aplicam-se duas alíquotas: a interestadual – paga à secretaria de fazenda da unidade federativa de origem – e a alíquota final, que cabe ao estado para onde a mercadoria se destina.

O substitutivo deixa claro que caberá ao estado de localização do destinatário da mercadoria o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

**Equilíbrio:** Conforme o relator, a mudança contribui para o equilíbrio entre as unidades federativas e terá grande impacto econômico – a estimativa é de que o comércio eletrônico movimentou R\$ 18,7 bilhões no ano passado. Quando a atual regra foi colocada na Constituição, em 1988, *e-commerce* ainda nem existia.

Vários senadores elogiaram, na discussão da proposta na CCJ, a fórmula definida no substitutivo. Duas das propostas de emenda à Constituição – as PECs 56 e 113, de 2011, respectivamente de autoria dos senadores Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) e Lobão Filho (PMDB-MA) – já previam a aplicação das alíquotas interestaduais no faturamento direto ao consumidor.

A diferença entre elas decorre da abrangência: enquanto a 56 trata especificamente de comércio eletrônico, a de 113 refere-se a todo o comércio interestadual, presencial ou não. O que Renan Calheiros fez foi juntar um pouco das duas propostas, abrangendo o comércio eletrônico e o comércio feito de forma não presencial, como as encomendas por catálogo ou por telefone.

**Repartição:** A PEC 103/2011, de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS), atribui a uma futura resolução do Senado a definição das alíquotas, propondo percentuais provisórios até que a norma seja editada. Delcídio quer que o estado destinatário da mercadoria fique com 70% do ICMS arrecadado nas operações “não presenciais”.

Hoje, produtos que saem dos estados mais desenvolvidos, ou seja, os das regiões Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo), pagam na origem 7% do ICMS, que corresponde à alíquota interestadual. Os menos desenvolvidos, ou seja, os das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais Espírito Santo, ficam com uma alíquota interestadual de 12% do ICMS.

O consumidor, quando compra o produto em uma loja, paga embutido no preço a alíquota final, em torno de 17% (varia conforme o produto e pode chegar a 25%). O comerciante se credita da alíquota interestadual – já recolhida na origem – e paga apenas a diferença à secretaria da fazenda de seu estado.

Fonte: Agência Senado

### Taxas e Juros

#### **Caixa reduz juros para crédito imobiliário em até 21%**

A Caixa Econômica Federal reduziu as taxas de juros do crédito imobiliário em até 21%. As novas taxas valerão para contratos assinados a partir de 4 de maio.

Para imóveis dentro do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), os juros hoje são de 10% ao ano para o público geral e 8,9% ao ano para cliente com relacionamento (cliente do banco). Essas taxas caem agora para 9% e 8,4% ao ano, respectivamente. Haverá ainda taxa de 7,9% para cliente que recebe salário no banco.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

Para imóveis fora do SFH, os juros atualmente são de 11% ao ano para o público geral e 10,5% ao ano para cliente com relacionamento. Essas taxas caem agora para 10% e 9,2% ao ano, respectivamente. Haverá ainda taxa de 9% para cliente que recebe salário no banco.

Fonte: Gazeta do Povo

## **Política Social**

### Educação

#### **Ministério do Trabalho e Emprego cria Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional**

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP), destinado ao cadastramento das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica.

A inscrição das entidades no CNAP deve ser efetuada por meio de formulário disponível na página eletrônica do MTE na Internet, no endereço [www.juventudeweb.mte.gov.br](http://www.juventudeweb.mte.gov.br), que deve ser preenchido conforme as regras ali previstas e enviado eletronicamente.

Os programas de aprendizagem, elaborados em consonância com as regras do Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional (Conap) devem ser inscritos no CNAP para avaliação da competência da entidade.

O programa de aprendizagem inserido no CNAP tem prazo de vigência de 2 anos contados a partir de sua divulgação na página eletrônica do MTE na Internet, podendo ser prorrogado por igual período, salvo se as diretrizes forem alteradas.

A formação profissional em cursos de nível inicial e técnico constantes do Conap relaciona-se à ocupação codificada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), observando-se que o código da CBO deve constar do contrato de trabalho do aprendiz e ser anotado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Quando o curso for classificado no Conap como desenvolvido na metodologia dos Arcos Ocupacionais, na CTPS do aprendiz deve constar o código da CBO com a melhor condição salarial e a especificação, nas "Anotações Gerais", do nome do referido arco.

Para o reconhecimento dos programas de aprendizagem que envolvam cursos de nível técnico, devem ser atendidos os requisitos que caracterizam os contratos de aprendizagem profissional, conforme o disposto no art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas que regulam a matéria.

Veja íntegra da Portaria MTE nº 723 de 23.04.2012 no link:

**[Portaria%20MTE%20n%C2%BA%20723%20de%2023.04.12.pdf](#)**

Fonte: Blog RT



nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

### ***Proposta prevê distribuição gratuita de livros nas escolas técnicas***

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3304/12, do deputado Edivaldo Holanda Junior (PTC-MA), que institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante.

Segundo a proposta, o programa deverá fornecer livros para alunos das escolas de ensino técnico e profissionalizante de todo o País. Os livros deverão ser usados por três anos, no mínimo.

O parlamentar afirmou a medida expande o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação, que oferece livros a estudantes de escolas públicas.

“Em razão das características do público alvo, formado basicamente por adultos, a reutilização dos livros tenderia a ser infinitamente superior ao PNLD”, afirmou Holanda Júnior.

**Tramitação:** O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## ***Relações de Trabalho***

### ***Seguridade aprova direito de trabalhador ser avisado quando puder se aposentar***

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o Projeto de Lei 5839/09, do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), que obriga a Previdência Social a avisar os trabalhadores quando eles estiverem aptos a se aposentar. Pelo texto, que modifica a Lei 8213/91, será enviada uma correspondência informando que o segurado atingiu os requisitos mínimos para aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição.

Essa correspondência deverá ser autenticada e conter a quantidade de contribuições registradas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e a renda mensal estimada do benefício. O autor explica que a legislação previdenciária estabelece que seja fornecido ao beneficiário demonstrativo dos recolhimentos efetuados. No entanto, a norma não determina que os segurados sejam informados quando atingirem o direito à aposentadoria.

**Rejeição:** A comissão rejeitou o PL 980/11, que tramita apensado. Conforme a proposta, os segurados serão informados anualmente, por correspondência, da quantidade e do valor de contribuições registradas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), a renda mensal estimada do benefício e o tempo necessário para a habilitação à aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

**Tramitação:** O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***CPI do Trabalho Escravo realiza Audiência Pública***

A Subcomissão Temporária do FGTS realizou a audiência pública a fim de debater a mudança da taxa de remuneração nas contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A Audiência contou com a participação de expositores representantes do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores, todos membros do Conselho Curador do FGTS.

Fonte: CNI

### ***Comissão do Trabalho da Câmara aprova uniformização dos prazos de validade das certidões negativas***

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou o PL 712/2011, do deputado Jorge Corte Real (PTB/PE), que uniformiza, em lei, e fixa em 180 dias o prazo de validade das seguintes certidões: Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF; Certidão Negativa de Débito, emitida pelo INSS; Certidão Negativa de Inscrição da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A proposta merece apoio, pois, conforme salientado pelo relator, deputado Jutahy Junior (PSDB/BA), em seu parecer, “não há nada que justifique a multiplicidade de prazos adotados para as diversas certidões, resultante do arbítrio do legislador nos distintos momentos de edição de suas respectivas normas de regência”. A diversidade de prazos confunde os contribuintes e acarreta prejuízos para as empresas, em especial para aquelas que contratam com o Poder Público, pois, em muitos casos, são obrigadas a tirar várias vezes a mesma certidão enquanto aguardam a emissão de outra.

Ressalte-se que o Brasil é um dos países com maior custo burocrático do mundo. Na imensa burocracia imposta, destaca-se o processo desgastante de obtenção de certidões negativas. Tal processo dificulta o livre exercício da atividade empresarial e acarreta perdas substanciais à economia, na medida em que a certidão negativa se tornou pré-requisito para atos importantes da atividade empresarial.

Não há nada que justifique a multiplicidade de prazos adotados para as diversas certidões, resultante do arbítrio do legislador nos distintos momentos de edição de suas respectivas normas de regência.

nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

A matéria segue para exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Fonte: CNI

### **Baixa remuneração do FGTS preocupa especialistas**

As propostas de aumento da remuneração das contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), incluindo a adoção de um índice de correção mais atraente que a Taxa Referencial (TR) e a distribuição aos trabalhadores de parte do lucro operacional do fundo, dominaram o debate na reunião da Subcomissão Temporária do FGTS.

Durante a audiência, presidida pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO) com a participação da senadora Marta Suplicy (PT-SP), relatora, e do senador Paulo Paim (PT-RS), os especialistas ouvidos também se mostraram preocupados com o desvio das funções originais do FGTS, que, em sua opinião, deveria manter o foco no financiamento de habitação e saneamento.

Roberto Mamoru Fujimoto, analista do Banco Central, apresentou números e gráficos sobre a evolução exponencial do patrimônio do FGTS nos últimos dez anos, mas assinalou que, em geral, o crédito imobiliário no Brasil tem uma participação inferior a 5% do produto interno bruto (PIB) – uma proporção considerada baixa no contexto internacional.

Segundo o analista, o estímulo ao mercado imobiliário vem sendo discutido no governo federal, que tem apreciado a possibilidade de criação de um fundo com recursos privados para aumentar a liquidez do mercado secundário e o potencial de realocação de recursos no mercado imobiliário.

Para Fujimoto, porém, não há certeza sobre como seria feita a alteração do indexador das contas do FGTS e se o novo indexador também seria usado nos financiamentos habitacionais. Considerando que o FGTS apresenta lucro operacional razoável, ele apoiou o projeto de distribuição de parte desse montante, desde que tal medida não comprometa o fluxo de caixa do fundo.

Luigi Nesi, representante da Confederação Nacional de Serviços (CNS), lamentou que o trabalhador esteja perdendo os recursos do FGTS, que deveriam ter melhor remuneração. Segundo as estatísticas que apresentou, a perda de 2007 a 2011 chegou a 5,7%. Ele também protestou contra o elevado *spread* da Caixa Econômica Federal.

Nesi disse considerar aceitável a proposta de usar o índice da poupança para remunerar o FGTS e reiterou a necessidade de reconduzir o foco do FGTS a seus objetivos originais.

No mesmo sentido, Antonio Maria Cortizo, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), avaliou negativamente o desvirtuamento do FGTS, que, conforme lembrou, tem emprestado recursos ao BNDES para fins não previstos em lei.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

Citando a diferença entre a TR e o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), Cortizo afirmou que a perda do FGTS atingiu R\$ 123 bilhões. O sindicalista, apesar de apoiar o programa Minha Casa, Minha Vida, posicionou-se contra o uso no projeto de recursos do FGTS a fundo perdido.

Fonte: Agência Senado

### ***SESI lança campanha para alertar sobre perigos no ambiente de trabalho***

Empresas de todo o país ganham novas ferramentas de avaliação de riscos no trabalho. Trata-se de materiais educativos que o Serviço Social da Indústria (SESI) vai oferecer gratuitamente pela Campanha de Segurança e Saúde no Trabalho 2012 para as indústrias brasileiras.

“A novidade dessa edição é a publicação da Agência Europeia de Segurança e Saúde no Trabalho que adaptamos à legislação e a cultura brasileira. É uma coletânea de fichas para avaliar perigos presentes no ambiente de trabalho”, explica a gerente de Segurança e Saúde no Trabalho do SESI, Sylvia Yano. Ela acrescenta que as fichas podem ser aplicadas em diversos setores. “A partir do preenchimento das fichas técnicas é possível fazer um diagnóstico de fatores de risco que podem causar acidentes e doenças”, detalha Sylvia.

A campanha conta ainda com fichas técnicas e um DVD com 12 filmes explicativos em que um personagem chamado Napo mostra, por exemplo, os riscos ao trabalhador na hora de fazer a manutenção de máquinas e equipamentos. “Todo tipo de indústria faz manutenção dos equipamentos e, durante essa atividade, podem ocorrer acidentes. Por isso, a prevenção é fundamental”, destaca Sylvia Yano.

**Saúde física e mental:** Outro alerta da campanha deste ano é sobre os fatores de risco psicossociais, que são aqueles desenvolvidos por pressão e condições precárias no trabalho gerando estresse profissional e afetando a saúde mental e física dos empregados. “Esse é um risco que tem crescido muito no Brasil e no mundo. Nesse caso, trouxemos da Agência Europeia e adequamos para as nossas indústrias 10 fichas técnicas de avaliação das condições de trabalho, e ainda, um modelo de gestão dos fatores de riscos psicossociais”, diz Sylvia Yano.

Segundo a gerente de saúde do SESI, o material facilitará a tomada de decisões das empresas para melhorar o ambiente de trabalho. “Isso ajudará as indústrias a eliminarem problemas que oferecem riscos aos funcionários e que podem prejudicar produção e a saúde do trabalhador. Isso porque à medida que ocorrem faltas ao trabalho, decorrentes de doenças ocupacionais ou de acidentes, as indústrias também são afetadas”, avalia a gerente do SESI. “A cultura de prevenção deve fazer parte do dia a dia do trabalhador e da empresa”, defende Sylvia.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

**Saúde do homem:** A campanha inclui um material específico para a promoção da saúde do homem, desenvolvido em parceria com a Funda de Populações das Nações Unidas (UNFPA). São cartilhas, cartazes, filmes que estimulam o homem a prevenir doenças como hipertensão, diabetes, alcoolismo, entre outras. Também ajudam a entender a importância do seu papel na saúde sexual e reprodutiva e na prevenção da violência.

As empresas podem pedir os materiais de prevenção da Campanha do SESI no site [www.sesi.org.br/vitrinevirtual](http://www.sesi.org.br/vitrinevirtual) ou procurar uma unidade do SESI nos estados. No site, é possível baixar diversas publicações sobre segurança e saúde no trabalho e pedir outros materiais informativos como vídeos, folders, cartazes, gibis e cartilhas setoriais.

São quase 500 itens, dos quais 116 são específicos para campanha deste ano. “Em 90 dias, as encomendas chegarão no endereço das indústrias”, informa a gerente do SESI.

A meta do SESI para campanha deste ano, segundo Sylvania, é atender a 5 mil indústrias e levar informações para mais de 4 milhões de trabalhadores. “As empresas também terão como opção a ajuda de consultores do SESI para desenvolverem projetos de prevenção de acidentes e de doenças”, acrescenta.

O lançamento da campanha de Segurança e Saúde no Trabalho do SESI 2012 será transmitido nacionalmente por videoconferência para todos os Departamentos Regionais do SESI nos estados. O evento terá a participação de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, da Organização Mundial da Saúde, além de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do SESI Nacional. Na ocasião, haverá a entrega da premiação do Concurso Nacional e Segurança e Saúde no Trabalho que envolveu alunos de escolas do SESI e SENAI de todo o país.

O Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho é celebrado em 28 de abril. Nesta data, desde 2009, o SESI faz eventos e lança campanhas educativas com o objetivo de informar e mobilizar as indústrias e os trabalhadores sobre a importância da prevenção de acidentes e de doenças no trabalho.

Fonte: Blog RT

### ***Comissão aprova contratação de 5% de mulheres em empresas florestais***

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 2580/11, do deputado Márcio Macêdo (PT-SE), que assegura a contratação e a manutenção no emprego de mulheres nas empresas que exploram concessões florestais.

De acordo com a proposta, a companhia interessada em habilitar-se nas licitações de concessão florestal deverá manter em seus quadros pelo menos 5% de funcionários do sexo feminino em relação ao total de empregados.

A concessão florestal é o direito que o Estado concede, mediante licitação, a uma empresa ou comunidade para manejar determinada área pública, usando produtos e serviços de forma sustentável e em conformidade com o Plano de Manejo Florestal.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

**Rescisão unilateral:** A proposta foi aprovada nos termos do substitutivo do relator, deputado Josias Gomes (PT-BA), que modificou um artigo para deixar claro que a rescisão da concessão poderá ocorrer unilateralmente pelo poder concedente, quando a empresa deixar de contratar o percentual mínimo de mulheres exigido. “A reserva de mercado para os homens em determinadas profissões ou atividade acabou, mas os resquícios de preconceito ainda não foram abolidos”, disse o relator.

Gomes ainda destacou que os municípios e comunidades vizinhas à área concedida são beneficiados com a geração de emprego, investimentos em serviços, infraestrutura e retornos financeiros. “A proposta reveste-se da maior importância pelo seu alcance social e vem ao encontro dos objetivos da política de concessões florestais.”

**Tramitação:** A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***Plenário aprova urgência para projeto que acaba com o fator previdenciário***

O Plenário aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei 3299/08, do Senado, que propõe o fim do fator previdenciário. O regime de urgência tem como objetivo acelerar a votação do projeto. A data de votação da proposta, no entanto, ainda não foi definida.

No mês passado, em audiência na Câmara, o governo admitiu que o fator previdenciário, criado em 1999, não conseguiu atingir seu objetivo principal, de adiar a aposentadoria dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social.

O fim do fator já havia sido aprovado no Congresso em 2010, mas a proposta foi vetada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

### ***Novos critérios para concessão de benefícios por doença ou acidente causam polêmica***

O novo sistema de concessão de auxílio-doença e auxílio-acidente, em estudo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), provocou polêmica em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ao fim do debate, o próprio presidente do INSS, Mauro Hauschild, reconheceu “excesso de pragmatismo” ao tratar de um assunto complexo, como a saúde do trabalhador.

O INSS colocou na internet uma tabela de [“tempo estimado para recuperação da capacidade funcional baseado em evidências”](#) e abriu uma consulta pública à população. O documento de quase 500 páginas lista as doenças, os respectivos códigos CID e o tempo previsto para a recuperação.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

Hauschild explicou que, com o atestado médico eletrônico, se o período de licença estiver dentro da estimativa, o benefício será automaticamente concedido. No entanto, se estiver acima desse parâmetro, o trabalhador será imediatamente convocado para a perícia médica e, enquanto não houver uma decisão, o benefício será concedido pelo período estimado pelo INSS.

O presidente do INSS disse que não houve intenção de intervir no ato médico, mas apenas agilizar a concessão do benefício. Segundo ele, o INSS dispõe de apenas 4 mil médicos para realizar 700 mil perícias por mês, e o prazo para atendimento, em algumas cidades do interior, pode chegar a 100 dias.

O novo sistema, conforme justificativa de Hauschild, atende decisões judiciais em ações civis públicas que obrigam o INSS a conceder o benefício enquanto não puder realizar perícia médica.

**Polêmica:** Mas a proposta acabou gerando reação contrária de muitos participantes da reunião, a começar pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Martins Batista defendeu o cancelamento da consulta pública, sob o argumento de que o sistema possui sete erros graves. Um deles seria o de não prever reabilitação física e profissional dos trabalhadores que sofreram doenças ou acidentes.

– A proposta joga para um sistema informatizado o afastamento baseado em evidências. Que evidências são essas? Ninguém leva a sério o trabalhador! Ele não quer ser encostado, ele quer produzir. Esse debate deveria ser levado mais a sério.

**Acidentes de trabalho:** O diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Marcos Ribeiro Botelho, informou que foram registrados 3 mil mortes em acidentes no trabalho em 2011. Ele disse que “os números mentem” e estão subestimados devido a problemas como ausência de notificação ou notificação incompleta dos acidentes.

Botelho afirmou que os auditores fiscais do trabalho são em número insuficiente para coibir o problema. De acordo com ele, cada auditor é responsável por 23,3 mil trabalhadores – nos registros do sindicato há 70 milhões de vínculos empregatícios para apenas 3 mil auditores.

O diretor do Sinait informou ainda que grande parte dos trabalhadores que procuram os plantões fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego reclama da alta médica ou do fim do benefício previdenciário antes da completa recuperação para a atividade.

**Reabilitação:** O presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, Geilson Gomes de Oliveira, disse que o problema não reside nos critérios de concessão de benefícios, mas na devolução do trabalhador ao mercado de trabalho “em condições não seguras”.

O novo modelo, segundo ele, não atende às “questões conflituosas” do retorno ao trabalho do empregado que se acidentou ou que adoeceu, mas tão somente à demanda crescente por atendimento.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

– O sistema como está não agrada aos médicos, à sociedade, nem aos trabalhadores. Esse novo modelo pode ser bom para a gestão, mas carece de informação. Que evidências são essas? – questionou.

O médico do trabalho Rogério Dornelles considerou uma “irresponsabilidade” a maneira como o INSS está lidando com a concessão desses benefícios. Dornelles disse que a consulta pública “não respeita os mínimos parâmetros científicos, não conceitua perda de funcionalidade para o trabalho e não leva em consideração a realidade de acesso a serviços de saúde”.

Fonte: Agência Senado

### ***Comissão de Assuntos Sociais debate Execução Trabalhista***

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal realizou audiência pública, a fim de debater as mudanças sugeridas pelo PLS 606/2011, à fase de execução trabalhista. A audiência foi requerida pela relatora do projeto na CAS, senadora Ana Amélia (PP-RS).

O evento contou com a participação de representantes da Justiça do Trabalho, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dos trabalhadores e do setor patronal. Entre eles, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), o presidente da OAB Federal e representantes da Central única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Inicialmente, José Oreste Dalazen, presidente do TST, afirmou que a preocupação da Justiça do Trabalho é a efetividade do cumprimento das sentenças trabalhista para assegurar a satisfação do credor. Alegou que há diferença entre a fase de conhecimento e a de execução, sendo a primeira a “balança” onde o juiz julga e valora provas, e a segunda a “espada” onde o objetivo é assegurar a prestação reconhecida como título executivo.

A senadora Ana Amélia questionou o ministro Dalazen sobre diversos pontos do projeto, entre os quais: se o projeto é a única forma de dar celeridade à execução trabalhista; sobre os obstáculos ao exercício do direito de defesa do executado; sobre o poder irrestrito concedido ao magistrado do Trabalho; sobre a proporcionalidade das multas inseridas na proposição; sobre a segurança jurídica, relativizada no projeto; e sobre a execução provisória.

Em sua exposição, o presidente da OAB Federal, Ophir Cavalcante Júnior, salientou a importância da manutenção dos princípios constitucionais na execução trabalhista e solicitou, ao presidente do TST, esclarecimentos sobre os números exorbitantes da inadimplência na Justiça do Trabalho citados na apresentação do ministro. Atentou para a importância do judiciário trabalhista adotar políticas judiciárias adequadas a uma melhor gestão da máquina administrativa, o que também possibilitaria celeridade à execução.



*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

Alexandre Furlan, vice-presidente da CNI e Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho, defendeu que o projeto traz insegurança jurídica às execuções trabalhistas. Ressaltou que a CNI defende uma prestação jurisdicional mais célere capaz de resguardar a segurança das relações jurídicas e dos investimentos. Para tanto reformas processuais nesse sentido são necessárias. Contudo, afirmou que não há como alcançarmos a aclamada efetividade e a celeridade ferindo princípios básicos do executado, como o contraditório e a ampla defesa, a segurança jurídica, proporcionalidade e a previsibilidade dos atos processuais.

Comissão de Assuntos Sociais debate Execução Trabalhista;

O senador Armando Monteiro (PTB/PE), membro da Comissão, lembrou que o projeto deve respeitar direitos constitucionais mínimos do executado. Além disso, demonstrou preocupação com a excessiva permissão dada ao juiz do Trabalho para praticar atos, que podem, inclusive, inviabilizar o exercício da atividade econômica da empresa.

Por fim, a senadora Ana Amélia, ressaltou a importância do debate, que julgou muito esclarecedor para subsidiar seu parecer. Ademais, afirmou que segurança jurídica e legalidade caminham juntas e que sem elas não existe Justiça. Além disso, lembrou que normas que inibem o crescimento do setor empreendedor alimentam o crescimento do setor informal da economia, fato extremamente prejudicial ao país.

Fonte: CNI

## **Notícias Estaduais**

### **Assuntos Econômicos**

#### **Microempresa**

##### ***Legislativo discute desburocratização para abertura de empresas em audiência pública***

A desburocratização no processo de abertura de empresas no Paraná foi motivo de uma audiência pública no Plenarinho da Assembleia Legislativa. A reunião foi promovida pela Comissão de Indústria e Comércio da Casa, presidida pelo deputado André Bueno (PDT). Representantes do Governo, como das secretarias de Estado de Assuntos Estratégicos e de Indústria e Comércio, da Junta Comercial do Paraná, do SEBRAE e de outras entidades e contabilistas debateram alternativas para a questão. A previsão é que até o final do ano seja implantado no Paraná o sistema interligado de informações simplificadas – Redesim, unificando o envio de dados aos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual e federal, para a constituição de novos empreendimentos.

A discussão, na avaliação de Bueno, serve para mobilizar os diferentes setores para a mais rápida implantação do sistema, facilitando o surgimento de empresas que terão um caminho menos tortuoso para sua viabilização. “Temos números alarmantes, pois a cada dez

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

empresas abertas, cinco fecham as portas antes de completarem dois anos. Estamos, por isso mesmo, trabalhando com um modelo de desburocratização. Muitos estados que não aderiram à Redesim demoram de 30 a 90 dias, devido à complexidade, para abrir uma empresa”.

O parlamentar disse que o Paraná avança consideravelmente com o envio simplificado de dados, e destaca o acerto de alternativas de incentivo aos micro e pequenos empresários, como a facilitação de crédito, o acompanhamento contábil e a realização de cursos de aperfeiçoamento. “Aqui no Paraná estamos discutindo a implantação da Redesim, da Empresa Fácil, que permite que o poder público forneça o contador, facilite o crédito e realize cursos para que o empresário prospere. Enquanto isso, o processo de informatização também avança”.

**Contrapartida:** Na esfera estadual, um comitê para desburocratização já vem atuando na busca da redução de entraves de liberações, autorizações e certidões às empresas que pretendem iniciar suas atividades. De acordo com o secretário de Assuntos Estratégicos, Edson Luiz Casagrande, reduzir custos da máquina pública é uma maneira também de diminuir encargos e impactar em menor escala os tributos aos empreendimentos. Para ele, o poder público precisa se comprometer efetivamente com a facilitação de acesso aos serviços. “O comitê conta com outros órgãos públicos e entidades que representam empresas. Um ambiente desburocratizado gera menos tributo e mais agilidade nos serviços. O cidadão tem prazos com os órgãos públicos. Mas os órgãos públicos não têm prazos com o cidadão. Temos que inverter esta lógica”.

A secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Cascavel, Susana Gasparovic Kasprzak, apresentou na audiência o funcionamento do programa Empresa Fácil, implantando há dois anos em Cascavel, e cujo objetivo é legalizar os pequenos negócios, retirando-os da informalidade. “Trabalhamos de forma integrada, com vários setores cooperados. Nossa proposta é facilitar o ingresso dos micro e pequenos empresários, capacitando empreendedores, viabilizando o acesso ao crédito, além de disponibilizar contatos e profissionais na orientação desta nova empresa”, explicou.

Dados apresentados pelo Sebrae sinalizam que 44% da massa salarial no Paraná é oriunda das micro e pequenas empresas, que nos últimos dez anos representam pouco mais de 590 mil empreendimentos. O responsável pela área de políticas públicas de apoio às micro e pequenas empresas da instituição, César Rissete, entende que a flexibilização é o caminho para incentivar a abertura de novos negócios. “Temos percebido o aumento desta categoria no Paraná. Portanto, temos que pensar no processo de simplificação, de racionalização de procedimentos e do cadastro único. Imagine ter que bater em seis, sete portas diferentes, para tirar uma certidão”, ponderou.

**Redesim:** O presidente da Junta Comercial do Paraná, Ardisson Akel, que representou o governador Beto Richa na audiência, disse que entre contratos de gestão assinados neste ano, estabelecendo metas e prazos para o Poder Executivo, está a implantação da Redesim

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

até o final de 2012. Mas o dirigente assevera a necessidade de se ter a segurança na apresentação dos dados das futuras empresas, mesmo com a simplificação das informações. “Desburocratizar é uma meta do governo. E queremos facilitar e trazer o apoio ao empreendedor. Para formar uma empresa é preciso de pelo menos quatro registros e as informações apresentadas em um órgão às vezes vão se repetindo em outros órgãos. É como tentar enxugar gelo. E pensando nisso queremos concentrar esforços nesta rede para a replicação de dados, também estabelecida nos contratos de gestão”.

**Casa aberta:** O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), participou da audiência pública e disse que o assunto debatido com entidades e membros do governo, além da sociedade organizada, enriquece o Poder Legislativo e oportuniza o encaminhamento das demandas dos paranaenses. “Procuramos prestigiar estes eventos. A Assembleia é a Casa do povo e temos que arejá-la com a participação e o debate com a sociedade. E temas importantes têm sido apresentados aqui, em várias reuniões e audiências. E esta questão da desburocratização é uma delas. Por isso, nossa Casa se engrandece quando se abre para discutir aquilo que é de interesse para o desenvolvimento do estado”.

O deputado Professor Lemos (PT) também esteve presente na reunião, e destacou que o desenvolvimento do estado passa necessariamente pela superação da burocracia. “Temos que acabar com a burocracia para que a nossa economia possa crescer. É preciso vencer as dificuldades e as barreiras e incentivar os empreendedores”, arrematou o parlamentar.

Fonte: ALEP

### [Fomento e Desenvolvimento Tecnológico](#)

#### ***Paraná discute sistema de indicadores de ciência, tecnologia e inovação***

Técnicos do Sistema de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná se reuniram com o coordenador geral de indicadores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Renato Viotti. O objetivo foi discutir as perspectivas de avanço da iniciativa paranaense e as diretrizes do projeto nacional de indicadores – ao qual o sistema do Estado está vinculado.

O Sistema de Indicadores paranaense integra desde novembro de 2011 a rede de indicadores estaduais de ciência e tecnologia. Desenvolvido pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), ele busca criar no Estado um sistema de informações para aperfeiçoar a gestão e a formulação de políticas na área.

A coordenadora do projeto na secretaria, Maria Elizabeth Lunardi, abriu a reunião destacando as características do projeto e a criação da rede de indicadores estaduais de ciência e tecnologia. Ela também falou sobre a edição eletrônica do Boletim Indicadores C,T&I, que relaciona as instituições que captam recursos junto à Financiadora de Estudos e

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

Projetos (Finep), a demografia dos doutores e o perfil da pós-graduação no Paraná, com o número de cursos e alunos titulados.

“Nossa próxima meta é disponibilizar os dispêndios públicos em ciência, tecnologia e inovação, com um relatório dos gastos na área pelo Estado”, disse Maria Elizabeth. O projeto de indicadores estaduais foi incluído no planejamento plurianual do Governo do Estado.

**Projeto Nacional:** Com mais de 10 anos de experiência na área, Viotti falou sobre as atividades do ministério e as metas do projeto até 2014. Ele destacou a cooperação entre as instituições para estruturar a produção e o aperfeiçoamento de indicadores estaduais de ciência e tecnologia que permitam a comparação com dados de outros estados e países. A ideia é padronizar as informações e ter transparência na metodologia.

“A rede de indicadores estaduais é um projeto prioritário para o ministério. É um dos cinco eixos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Será a base dos estímulos à inovação do Plano Brasil Maior e da elevação do dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento”, disse Viotti.

O objetivo, segundo ele, é aumentar a taxa de inovação, aumentar o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento e aumentar o número de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). “As informações devem estar disponíveis, e de forma clara, para que todos tenham conhecimento. Não apenas para o setor governamental, mas também para a iniciativa privada, a mídia e a comunidade científica”, afirmou.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### ***Feira Eletromecânica e Construção Civil mostra inovação das empresas e Laboratórios do SENAI***

Uma grua usada na construção civil para erguer vigas e materiais pesados até uma altura de 18 metros, máquinas para cortar paredes e lixadeiras, telha de cimento de grande durabilidade, mesa de corte a plasma totalmente automatizada e um sistema que permite o reaproveitamento da água da chuva são algumas das novidades apresentadas na 8ª Feira Eletromecânica e Construção Civil 2012, que acontece na sede do SENAI em Londrina.

Durante a feira, os empresários têm a oportunidade de conhecer os Laboratórios de Ensaio do SENAI-PR, pelos quais a entidade presta apoio técnico e tecnológico às indústrias. Os serviços prestados pelos laboratórios permitem avaliar e melhorar o desempenho de processos e também a qualidade de produtos, dentro das normas e regulamentos exigidos pela legislação. Entre os laboratórios expostos da feira estão o de Calibração, Construção Civil, Prototipagem Rápida e Engenharia Reversa, Teste e Qualidade de Software, Cerâmica Vermelha e o de Meio Ambiente.

A Ropel, empresa de Londrina que produz rolamentos, máquinas e equipamentos, participa pela quinta vez da Feira. “Já fechamos negócios nas edições anteriores, mas acredito que

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

este ano vamos fechar negócios maiores por conta das máquinas que trouxemos”, disse a diretora da empresa, Marcia Cescato. Uma das novidades apresentadas é uma mesa de corte a plasma CNC. A máquina é totalmente automatizada e corta qualquer tipo de metal. Outra novidade é a dobradeira e guilhotina a CNC. “Essas máquinas automatizadas facilitam os processos e tornam os serviços mais precisos”, disse Márcia.

Já a Weber Saint Globain, de São Paulo, está expondo pela primeira vez na Feira. A empresa, conhecida no mercado pela argamassa Quartzolit, traz para a feira uma nova linha de impermeabilizantes. “Antes trabalhávamos mais com acabamentos. Agora, com essa nova linha, temos produtos para todas as fases da obra. Os impermeabilizantes podem ser usados no início da obra, desde a fundação, ou em construções já acabadas, mas que apresentam problemas de infiltração”, explica Samara Reis da Silva, assistente de marketing.

## **Infraestrutura**

### Energia

#### **Assembleia aprova projeto de Plauto que autoriza geradora hidrelétrica em Palmeira**

O projeto de lei nº 343/2011, de autoria do deputado Plauto Miró (DEM), 1º secretário da Assembleia Legislativa, que autoriza a construção da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) no Rio do Salto, localizado no município de Palmeira, foi aprovado em redação final, com 39 votos favoráveis. Com isso, a proposição será encaminhada ao Poder Executivo, para sanção ou veto do governador Beto Richa.

Para Plauto Miró, é importante que os parlamentares observem as necessidades das regiões que atendem para que possam propor soluções que tragam melhoria na qualidade de vida das pessoas. “A autorização para instalação de uma hidrelétrica é uma prerrogativa da Assembleia Legislativa, observados todos os laudos de impacto ambiental. Então, mais do que nunca, é nossa função oferecer oportunidades de melhoria de vida a todo o Paraná”, disse.

A construção da central geradora já possui laudos do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e o termo de referência do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que compõem o Relatório Ambiental Simplificado.

Durante tramitação no Legislativo, projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa a constitucionalidade e a legalidade das matérias que tramitam na Casa, e das comissões de Obras Públicas; Transportes e Comunicações; Ecologia e Meio Ambiente e de Agricultura.

Fonte: ALEP

nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

## Meio Ambiente

### *Richa sanciona leis que dão suporte ao programa Bioclima Paraná*

O governador Beto Richa sancionou duas leis que estabelecem as diretrizes da nova política ambiental estadual e dão suporte para a implementação do programa Bioclima Paraná, lançado nesta semana com o objetivo de estimular a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico.

Uma das leis institui o pagamento por serviços ambientais (PSA) e a outra estabelece a Política Estadual de Mudanças Climáticas. “Criamos mecanismos de incentivo para que haja efetiva participação da sociedade na mudança e na melhoria de nosso perfil socioambiental”, disse o governador.

A lei que cria o PSA prevê o pagamento a produtores rurais que efetivamente contribuam para a conservação da mata nativa, além do que já é determinado por lei. Atualmente é obrigatório que sejam mantidos 20% da propriedade com vegetação natural.

Para recebimento dos benefícios, as áreas precisam ser cadastradas no Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O produtor rural também precisa apresentar certidões negativas de débitos ambientais e a averbação das áreas na matrícula do imóvel. Em caso de áreas urbanas, o terreno deve estar em concordância com o Plano Diretor Municipal.

Os critérios para estabelecer o valor do financeiro a ser repassado serão baseados no tamanho do imóvel, da área de cobertura vegetal nativa conservada e a região onde estiver inserida a propriedade. O benefício será pago em dinheiro, conforme regulamentação que deve ser elaborada nos próximos 90 dias.

**Mudanças climáticas:** A lei que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas tem como metas a proteção das fontes naturais de água, redução dos gastos de energia, investimento em energias alternativas, captura de carbono, educação ambiental, ampliação da coleta seletiva de lixo, entre outras.

A nova legislação determina que, em até dois anos, seja elaborado o Plano Estadual sobre Mudanças Climáticas, com as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa no Paraná. A proposta é trabalhar com duas diretrizes: mitigação e adaptação.

A primeira envolve propostas de redução das emissões na sua origem ou por meio da captura de diferentes gases. Para isso, o governo criará mecanismos que permitam que setores responsáveis pela emissão de poluentes possam compensar possíveis danos investindo em projetos de conservação e recuperação de florestas.

Também serão criados instrumentos de incentivo para o aumento da matriz energética renovável, estímulo ao transporte sustentável e consumo de produtos comprometidos com o meio ambiente. Outra medida é o incentivo fiscal e financeiro para empresas que reduzirem emissões possam obter selos de reconhecimento público e a tenham a validade de licença de operação prorrogada em um ano.

nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

A segunda diretriz é a Adaptação, voltada a estudar os impactos causados pelas mudanças climáticas. A medida estabelece a elaboração de um Mapa de Vulnerabilidade Climática, o governo vai diagnosticar as áreas mais suscetíveis a desastres naturais para definir as ações preventivas e de emergência.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### Política Agroindustrial

#### **Agricultura complementa industrialização na promoção do desenvolvimento, diz Richa**

Em visita à região central do Estado, o governador Beto Richa disse que o apoio à agricultura – e particularmente aos pequenos produtores – é prioridade de seu governo e essencial para a política de desenvolvimento estadual, que tem na industrialização outra de suas bases. Nos municípios de Candói e Laranjeiras do Sul, Richa liberou recursos para compra de calcário, insumo fundamental para a atividade agrícola e cuja distribuição foi retomada pelo governo no ano passado, depois de oito anos de paralisação.

O programa de aquisição de calcário do governo do Estado está beneficiando 23 mil pequenos produtores rurais do Paraná, com investimento de R\$ 12 milhões. Em Candói, o governador liberou R\$ 49 mil para compra do insumo. Segundo o prefeito Elias Farah Neto, serão beneficiadas 125 famílias de pequenos agricultores. “São produtores de milho, soja e feijão. É mais uma reivindicação do município atendida pelo governo estadual”, disse o prefeito.

Richa também entregou 104 títulos de propriedade de terra para 83 famílias e liberou R\$ 184 mil para obras de recape asfáltico no município, com cerca de 15 mil habitantes.

A entrega dos títulos de posse decorre de uma ação de usucapião que tramitou em tempo recorde. “É uma questão que afligia as famílias de Candói. Hoje elas poderão dormir tranquilas com os títulos em mãos”, disse o governador.

Filho de um quilombola, Sebastião Rodrigues de Oliveira, de 79 anos, contou que esperou décadas pela posse do título. “Esperei toda a minha vida para ter esse documento e hoje estou feliz, pois finalmente consegui. Vou continuar cultivando milho, feijão e batata doce na propriedade”, disse.

Conforme o presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), Amilcar Cavalcante Cabral, esta é a primeira ação coletiva de regularização fundiária do Brasil. “Essas ações geralmente demoram anos. Nesse caso, devido ao caráter social, demorou apenas 131 dias. Foi uma parceria entre o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), município de Candói e o Estado”, disse.

Segundo Cabral, o título dá liberdade aos produtores rurais: “Sem o título de posse as famílias estavam privadas de acessos às políticas públicas. Agora, podem pleitear financiamentos e todos os outros de benefícios direcionados ao pequeno produtor”.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

**Laranjeiras:** Em Laranjeiras do Sul, Centro-Oeste do Estado, o governador liberou recursos da ordem R\$ 138 mil para o município. Desse total, R\$ 89 mil serão utilizados na compra de óleo diesel para recuperar três mil quilômetros de estradas rurais no município. Os outros R\$ 49 mil são destinados a aquisição de calcário, insumo que vai beneficiar cerca de 120 famílias de pequenos agricultores. Richa também inaugurou uma Biblioteca Cidadã e visitou as obras de ampliação de uma escola estadual.

“Sei que todos os recursos do Estado serão bem aplicados em prol do povo de Laranjeiras do Sul. O programa do calcário estava desativado há oito anos. No nosso primeiro ano de mandato, ele foi reativado para ajudar o homem do campo. Já os recursos para aquisição de óleo diesel vão beneficiar alunos e produtores rurais, que terão acesso a estradas em ótimas condições de tráfego”, disse o governador.

O prefeito de Laranjeiras do Sul, Berto Silva, afirmou que os recursos para insumos são importantes para o aumento da produtividade e competitividade dos pequenos agricultores. Ele também destacou que a ampliação da escola estadual, que terá seis novas salas de aula, vai beneficiar cerca de 540 alunos. A obra, já autorizada pelo governo, está orçada em R\$ 516 mil.

A Biblioteca Cidadã, construída com investimentos de R\$ 326 mil, vai atender cerca de 35 mil habitantes e 6 mil estudantes do município. “As crianças necessitavam de mais material de leitura”, disse Sandra Mara Solano Todt, diretora da escola municipal Dr. Leocádio José Correia, que atende cerca de 400 alunos.

“O governador está mudando a realidade dos municípios com esses espaços de cidadania. Ao todo, o Estado está investindo mais de R\$ 30 milhões em obras na nossa cidade”, disse o prefeito.

Com a unidade de Laranjeiras do Sul, já são 270 bibliotecas instaladas em todo o Paraná. Outras 33 estão prontas e serão inauguradas ainda neste ano.

Também participaram do evento o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni, e os deputados estaduais Nereu Moura, Artagão Junior, Bernardo Carli, Cesar Silvestri Filho e Leonardo Paranhos.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

### **CCJ aprova emendas a projeto da ADAPAR**

Após uma discussão que durou quase meia hora, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa aprovou na sessão ordinária as emendas de Plenário ao projeto de lei nº 848/11, oriundo da mensagem governamental nº 74/11, dispondo sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR. A disputa se deu em torno do voto em separado apresentado pelo deputado petista Tadeu Veneri, para quem o Legislativo não tem competência para incluir uma nova atividade profissional na grade prevista pelo Executivo.



*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

Sua posição foi seguida pelo líder do PMDB, deputado Caíto Quintana, mas prevaleceu a vontade da maioria, que aprovou as emendas e permitiu que a matéria seguisse tramitação. Com pedidos de vistas concedidos ainda na sessão desta terça a vários deputados, o projeto de lei nº 154/12, também de autoria do Poder Executivo, autorizando a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), teve a votação adiada. O Regimento Interno da Casa prevê que o parlamentar retenha o projeto para exame por um período de até três dias, se ele não estiver tramitando em regime de urgência. Como as discussões se estenderam, a CCI não conseguiu limpar a pauta das proposições do ano passado, conforme pretendia. Algumas ficaram pendentes de votação.

Fonte: ALEP

## **Tributos**

### ***Sindicato das distribuidoras apoia o Paraná no combate à sonegação***

O governador Beto Richa recebeu representantes nacionais do setor de combustíveis, que afirmaram ter interesse em fortalecer a parceria com o Governo do Estado no trabalho de combate à sonegação fiscal e fiscalização de postos de combustíveis no Paraná.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Alísio Vaz, disse que o Estado adotou uma postura firme de atacar com rigor as fraudes tributárias no mercado de combustíveis. “Trouxemos ao governador o nosso reconhecimento pela mudança de postura que houve no Paraná”, disse Vaz. Segundo ele, as distribuidoras sérias, que atuam dentro da lei, estão dispostas a investir mais no Paraná.

O secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Haully, afirmou que desde ano passado, nove empresas do setor tiveram o cancelamento de licença para atuar. Ele disse que o Paraná trabalha em sintonia com os representantes do setor e atua em conjunto com outros estados.

Segundo Haully, no último mês, os secretários da Fazenda das regiões Sul e Sudeste do país, criaram uma nova metodologia de avaliação das empresas do setor de combustíveis. “Todas as empresas serão avaliadas a partir de critérios como legalidade, juridicidade, patrimônio, capacidade de pagamento de tributo e interrelação de sócios”, explicou.

Dados apresentados ao governador mostram que o Paraná é o terceiro mercado consumidor de combustíveis do Brasil, com movimentação de mais de R\$ 20 bilhões ao ano e geração de 15 mil empregos. “O setor dos combustíveis é o maior contribuinte do Estado do Paraná”, disse Haully.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

### ***Movimento A Sombra do Imposto é apresentado a executivos de finanças***

O movimento A Sombra do Imposto, articulado pela Fiep, e o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças no Paraná (IBEF-PR) realizaram o evento “A carga tributária e o executivo de finanças”. Com palestra do presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), João Eloi Olenike, foram apresentados dados sobre o tamanho da carga tributária brasileira e a influência negativa que ela tem sobre o desempenho das empresas. “A carga tributária brasileira está entre as mais altas do mundo e é muito injusta. Cerca de 75% da tributação incide sobre a produção e os salários”, explicou Olenike.

Para o presidente do IBEF-PR, Luiz Antonio Cavet, o encontro atendeu a um dos objetivos do instituto, que é justamente proporcionar a troca de experiências e informações entre executivos de finanças. “O assunto é de bastante interesse para os executivos, já que a tributação mexe muito com a área financeira. A estratégia de planejamento tributário da empresa impacta muito em nossos resultados”, disse Cavet.

O evento desta quinta teve ainda uma apresentação do movimento A Sombra do Imposto. O coordenador executivo do movimento, Dorgival Lima Pereira, explicou os motivos que levaram a Fiep e entidades parceiras a lançar a mobilização, que pretende conscientizar a população sobre o impacto da carga tributária. “Precisamos mobilizar toda a sociedade para conseguir uma reestruturação tributária no país. Os executivos de finanças são estratégicos para nossa economia e é importante que também se mobilizem”, afirmou Pereira. Saiba mais sobre o movimento em [www.sombradoimposto.org.br](http://www.sombradoimposto.org.br).

Fonte: FIEP

### ***Relações de Trabalho***

#### ***Projeto do novo salário mínimo regional segue para sanção do governador Beto Richa***

Depois de muitos debates o projeto de lei nº 169/12, oriundo da mensagem governamental nº 19/12, propondo reajuste anual do piso salarial no Paraná, foi aprovado, durante a sessão plenária da Assembleia Legislativa – que foi transformada em Comissão Geral – e segue agora para sanção do governador Beto Richa. As discussões, que foram acompanhadas por lideranças sindicais e empresariais, acabaram sendo geradas por duas emendas apresentadas por parlamentares, todas rejeitadas pelo Plenário.

A mais polêmica, de autoria do deputado Élio Lino Rusch (DEM) e apoiada por outros parlamentares, tinha o objetivo de suprimir do texto original os artigos 2º e 3º, e também dava nova redação ao artigo 4º, e acabou não sendo aprovada, após inúmeras discussões. Rusch argumentou, sem sucesso, que considerava “prematura a fixação do índice de reajuste já estabelecido para o próximo ano”. Ele também defendia que o referido aumento deveria ser instituído através de lei e não por decreto.

*nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012*

Já a emenda do deputado Augustinho Zucchi (PDT) que pretendia acrescentar ao anexo I, de que trata o artigo 1º, a categoria dos “trabalhadores acostados e/ou embarcados da atividade marítima e fluvial”, recebeu parecer contrário do deputado Fernando Scanavaca (PDT), que relatou a matéria em Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo ele, a matéria tinha vício de origem porque a classificação constante no projeto se refere à norma federal. Uma terceira emenda, de autoria da bancada do PT, que alterava o artigo 3º da proposição, acabou retirada pelos próprios autores.

**Percentuais:** De acordo com o líder do Governo, deputado Ademar Traiano (PSDB), a intenção do governador Beto Richa é sancionar essa lei imediatamente, para que passe a vigorar a partir do dia 1º de maio.

A mensagem do governador Beto Richa (PSDB) chegou à Assembleia na última quarta-feira (18), propondo o índice nominal de 10,32% de reajuste, constituído de 5,1% de ganho real mais 4,97% correspondentes ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE. Na justificativa o Executivo explica que haverá uma compensação desse menor aumento real no ano de 2012 (em relação ao Índice Nacional do Salário Mínimo), no ano que vem, com os mesmos 5,1%, mais a inflação acumulada nos últimos 12 meses que antecederem à data base do aumento.

Conforme o texto, o piso salarial dos empregados integrantes do Grupo I passará a ser de R\$ 783,20; do Grupo II, R\$ 811,80; do Grupo III, R\$842,60; e do Grupo IV, R\$ 904,20. O Grupo I compreende os trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias, florestais e da pesca; o Grupo II, os trabalhadores empregados em serviços administrativos, trabalhadores empregados em serviços, vendedores do comércio, lojas e mercados, além de trabalhadores de reparação e manutenção; o Grupo III engloba os trabalhadores da produção e bens e serviços industriais; e o Grupo IV, os empregados como técnicos de nível médio. A classificação obedece ao disposto na Classificação Brasileira de Ocupações.

**Metodologia:** Segundo o governador, a política de reajuste do salário mínimo regional se fundamentou nas seguintes diretrizes: recompor o poder de compra do piso regional de salários, reduzido pela inflação, e dar-lhes um aumento real: “Para tanto, decidiu-se adotar a metodologia proposta pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – para definição do piso regional, que tem como princípios a recuperação da inflação acumulada no ano, propiciar um ganho real equivalente à variação do aumento do Produto Interno Bruto – PIB – no biênio”. Reforça ainda que a proposta considera, “de um lado, o ganho real no acumulado do biênio pela classe empregadora e, de outro, os trabalhadores aceitam a transferência de parte do ganho real para o ano que vem”.

Fonte: ALEP

nº 17. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 27 de abril de 2012

### **Mega Feirão de Empregos leva 14 mil pessoas à sede da Fiep no Jardim Botânico**

O Mega Feirão de Empregos da Construção Civil lotou o pavilhão Horácio Coimbra, na Fiep do Jardim Botânico neste sábado (21). O evento reuniu trabalhadores em busca de emprego na construção e indústrias interessadas em contratar mão de obra. Os atendimentos começaram às 9 horas. Mais de 14 mil pessoas participaram.

O SESI, SENAI e o IEL levaram serviços e ações para o evento. Os participantes puderam conhecer diversos cursos de qualificação na área da construção ofertados pelo SENAI.

Em pouco mais de duas horas, a empresa Versátil, especializada em andaimes, já havia feito 400 cadastramentos e a expectativa era chegar a mil até o final do evento. No evento, a empresa ofertava cerca de 30 vagas, mas tinha interesse em receber currículos, pois deverá expandir a oferta de empregos.

“Há oferta de vagas para montador de andaimes, guinchos, soldador. As que têm mais dificuldades para encontrar mão de obra, estamos encaminhando direto”, contou a gerente de recursos humanos da empresa, Rosa Razzini. “O evento superou nossas expectativas”, afirmou Rosa.

Na construtora MRV, até o meio dia, mais de mil pessoas já haviam feito o cadastramento para as 1.700 vagas ofertadas. “Na semana que vem já daremos encaminhamento ao processo de preenchimento das vagas”, informou o supervisor de RH da empresa, Marcos Munhoz.

**Importância:** O Mega Feirão foi realizado pelo Sindicato das Indústrias de Construção Civil (Sinduscon-Pr) e o Sistema Fiep, com apoio da Prefeitura de Curitiba. A promoção foi da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Emprego.

Na abertura oficial do evento, o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, disse que se surpreendeu ao chegar ao local às 8 horas e já encontrar uma grande movimentação de pessoas. “Quero dar as boas vindas a todos que perceberam a importância de uma ação como esta”, disse, destacando a união de todos os envolvidos.

A secretária nacional da Ação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Denise Colin, que representou a ministra Tereza Campello, destacou a capacidade técnica e política dos gestores no Estado e o grande poder de mobilização. “Não é possível fazer um evento deste sem a participação da sociedade civil e do poder público”, afirmou ela.

Fonte: FIEP